



FÓRUM
BRASILEIRO
**DE MUDANÇA
DO CLIMA**

Não deixe o tempo passar.

<http://forumbrasilclima.org/consulta-publica-2017>

2016 Election...veThirtyEight Politics, Poli...ws - POLITICO Entrada (128)...l.com - Gmail Global Carbon...age Institute Send Big Files Polítics, Pol...TICO Magazine Welcome! | LinkedIn Entrada (6) - ...l.com - Gmail >>

FBMC | Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

A satellite night view of Brazil, showing city lights and geographical features. A dark rectangular overlay box is centered on the image.

FBMC

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

[HOME](#) / [SOBRE](#) / [CÂMARAS TEMÁTICAS](#) / [PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS](#) / [SECRETARIA EXECUTIVA](#) /

Proposta Inicial para a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil - NDC

- rodada inicial: março – outubro de 2017
- rodada final - até abril 2018
- A partir de maio: apresentação ao Presidente e aos pré-candidatos

Processo em 9 Câmaras Temáticas do FBMC e inclui:

- 1 - apresentação dos estudos-referência *Opções de Mitigação* (MCTI), *IES Brasil* (FBMC-COPPE), *Brasil 2040* (SAE) e dos estudos do BID
- 2 - discussão para seleção de ações/medidas em reuniões e teleconferências
- 3 - 4 *workshops* para priorização de ações NDC utilizando o método Macbet
- 4 – Segunda rodada com reuniões bilaterais, uma de “alto nível” e 2 seminários de instrumentos “ao largo da economia”

Participantes: 537

Governo/setor público: 171

Setor privado: 178

Terceiro setor: 149

Academia: 39

Consulta via internet: 40 participações mais
de mil visitas

saúde

s do ambiente dizem temer ruptura

do ao setor ruralista traz preocupação para Sarney Filho, Izabella Teixeira e Carlos Minc



... Sarney Filho (FV), à dir., e o ministro Izabella Teixeira; entre eles, Alfredo Sick, coordenador do fórum



O ex-ministro Carlos Minc (FV) fala durante evento

As políticas ambientais. O consenso é de que a transição de energia limpa é necessária para evitar a poluição atmosférica, a água e o solo. O setor ruralista, por sua vez, defende a manutenção das atividades agrícolas e a preservação das áreas rurais. A discussão é complexa e envolve interesses diversos. O ministro Izabella Teixeira, o ex-ministro Carlos Minc e o senador Sarney Filho estão entre os participantes da reunião. O debate gira em torno de como conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental. A preocupação é que uma ruptura possa ocorrer entre os dois setores, afetando a produção de alimentos e a qualidade do meio ambiente.

O desenvolvimento de baixo carbono

Energia
- Desenvolvimento de fontes renováveis de energia
- Redução de emissões

Cidades e resíduos
- Construção de cidades sustentáveis
- Redução de resíduos sólidos

Transportes
- Desenvolvimento de transportes sustentáveis
- Redução de emissões

Uma das propostas para o setor de transporte, por exemplo, é a criação de um fundo de financiamento para a construção de infraestrutura para o transporte sustentável. Isso inclui a construção de estradas, pontes e ferrovias. A ideia é que o setor privado contribua com o financiamento, enquanto o governo oferece incentivos fiscais. A expectativa é que isso possa gerar empregos e melhorar a infraestrutura do país.

Apesar da discussão, a preocupação com o setor ruralista é real. A produção de alimentos é essencial para a segurança alimentar do Brasil. Qualquer mudança no setor precisa ser feita com cuidado, para não afetar a produção e a renda dos produtores rurais. A discussão é complexa e envolve muitos interesses.

Entre as propostas mais recentes, destaca-se a criação de um fundo de financiamento para a construção de infraestrutura para o transporte sustentável. Isso inclui a construção de estradas, pontes e ferrovias. A ideia é que o setor privado contribua com o financiamento, enquanto o governo oferece incentivos fiscais. A expectativa é que isso possa gerar empregos e melhorar a infraestrutura do país.

CRITÉRIOS

- Potencial de redução de emissões
- Impacto social
- Compatibilidade com longo prazo
- Impacto ambiental
- Plausibilidade econômica

IMPACTO

- Redução de emissões
- Geração de empregos
- Melhoria da infraestrutura







CT Florestas, Biodiversidade, Agricultura e Pecuária:

6 reuniões gerais e 6 de Grupos de Trabalho

96 participantes

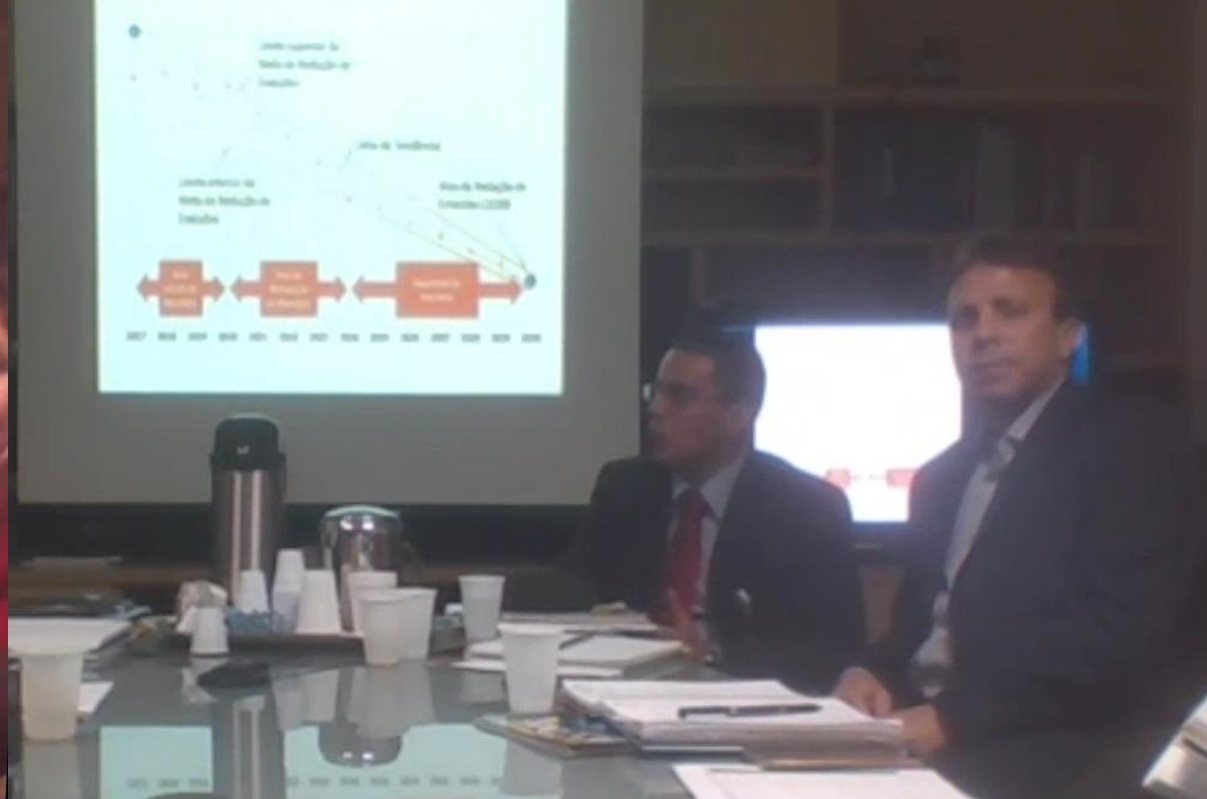
3 grupos de trabalho (Desmatamento, Offsets Florestais ao CORSIA e Programa ABC)

Reuniões em Brasília, São Paulo, Rio Branco e Manaus



CT Energia:

7 reuniões,
112 participantes
Na EPE, Rio de Janeiro



CT Transportes:

38 participantes

2 grupos de trabalho (*Intermodalidade e Infraestrutura e Eficientização*)

10 reuniões: 2 reuniões gerais e 3 reuniões de cada GT, em Brasília



CT Industria:
36 participantes,
4 reuniões realizadas em São Paulo e Brasília
teleconferências incluindo MG e RJ pelo sistema da CNI



CT Cidades e Resíduos:

68 participantes

5 reuniões, em São Paulo, Campinas, Brasília e teleconferências

4 grupos de trabalho (*Resíduos e Efluentes*; *Mobilidade Urbana*; *Energia e Adaptação*)

Webinars abertos ao público

As CTs "matriciais": **Financiamento; Ciencia, Tecnologia e Inovação e Visão de Longo Prazo**: 8 reuniões, com 142 pessoas contribuindo de varias formas com as CTs "setoriais"

A CT de **Adaptação**: 2 reuniões com 52 pessoas, reuniões em Brasília e no Rio de Janeiro

As CT "setoriais" tratam das questões adaptação nas suas áreas

Na primeira rodada, em 2017, foram levantadas, ao todo, **255** ações/medidas

Foram priorizadas **40** para NDC e **59** como “ações e medidas de curto prazo” pré 2020

Há ações repetidas e superposições, aqui aparecem compactadas

No processo de seleção pelo método Macbet foram considerando 6 critérios:

- 1 – potencial de mitigação
- 2 – compatibilidade com longo prazo
- 3 – impacto social
- 4 – impacto ambiental local
- 5 – plausibilidade econômica
- 6 – viabilização política

Ações priorizadas: diretamente mitigadoras (M), viabilizadoras (V)

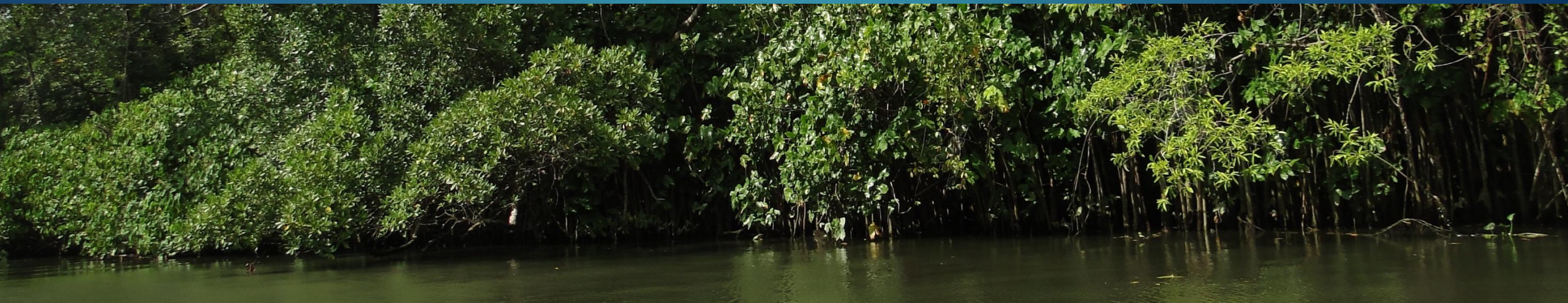
1 - AFOLU

1.1 – Criação de novas unidades de conservação ou protegidas, em terras públicas sem destinação, já estudadas e/ou de prioridade imediata (M) *

1.2 – Ampliação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais (V)

1.3 – Ações para minimizar incêndios florestais (V e M)

* Diferenciar menos-carbono estatístico daquele real



1.4 – Ampliação das ações de comando & controle no combate ao Desmatamento (M)

1.5 – Expansão do plantio de florestas comerciais (M)

1.6 – Expansão da recomposição de florestas nativas (M)

1.7 – Precificação do carbono florestal (criação de sistema de registro) (V)

1.8 – Premiação fiscal de municípios que reduzam desmatamento ou ampliem cobertura florestal (V)

2 – Agricultura e Pecuária

2.1 – Ampliação e atualização do Plano ABC para o período 2020-2030 (M)

2.2 – Intensificação da produtividade da pecuária (V)

2.3 – Introdução de critérios de descarbonização no Plano Safra (M)



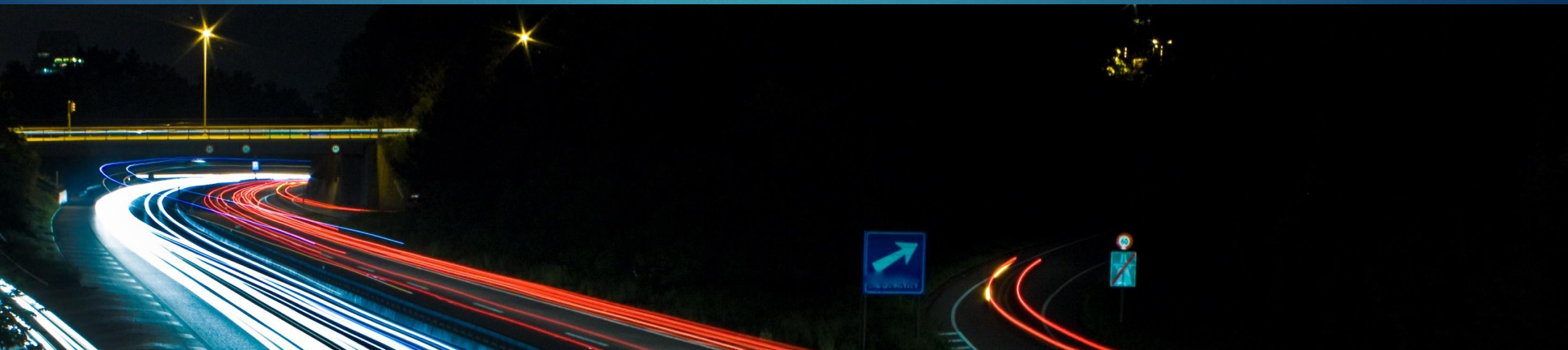
3 – Transportes e mobilidade urbana

3.1 – Melhoria da eficiência das frotas movidas à diesel e gasolina (M)

3.2 – Biocombustíveis + eletrificação em transporte individual, coletivo e de carga (M)

3.3 – *Smart grid* para veículos elétricos (geração distribuída tb) (V)

3.4 – Expansão de modais de carga ferroviário e hidroviário (V)



3.5. – Ampliação de linhas de metrô e faixas de BRTs (M)

3.6 - Inibição do transporte individual em áreas altamente saturadas (V)

3.7 – Ampliação da infraestrutura de transporte ativo e para o pedestre (V)

3.8 - Plataformas logísticas multimodais com sistemas inteligentes (V)

3.9 – Incremento do bioquerosene de aviação e da eficiência do consumo do transporte aéreo (M)

3.10 - Diferenciação tributária para modais de transporte de menor emissão (atendido com Renovabio) (M)

Os itens:

3.2 – Biocombustíveis + eletrificação em transporte individual, coletivo e de carga;

3.3 – *Smart grid* para veículos elétricos (geração distribuída tb):

3.4 – Expansão de modais de carga ferroviário e hidroviário:

Também expressam um imperativo de segurança nacional. O Brasil não pode continuar totalmente dependente do transporte de carga em caminhões movidos a diesel com poder para paralisar o país.

4 – Resíduos

4.1 – Estimulo à compostagem dos resíduos sólidos orgânicos segregada na fonte (V)

4.2.2 – Aproveitamento energético de biogás de aterros sanitários e do tratamento de esgotos para geração elétrica e combustível para veículos (V)



5 – Energia elétrica e indústria

5.1 - + eficiência energética na produção, distribuição e consumo (V)

5.2 - + geração eólica e solar centralizada & distribuída com *smart grid* (M)

5.3 - geração elétrica por biomassa resultante de deflorestas plantadas (emissões negativas?) (M)



5.4 – Repotencialização de hidrelétricas para melhor rendimento e prevenção de inundações (V)

5.5 + gerenciamento energético pela demanda. + segurança nos horários de ponta para fontes intermitentes (V)

5.6 - + renováveis em sistemas isolados (M)

5.7 – Eficientização em refinarias (M)

5.8 - Incentivo a Combustíveis Sólidos Recuperados (CSR) e troca de combustíveis na indústria de cimento e outras (M)

5.9 - ISO 50001, nas indústria (V)

5.10 – Crédito especial para para eficiência energética nas PMEs (V)

7 – Instrumentos ao largo da economia (V)

1- taxaço de carbono

2 - mercado brasileiro de carbono

3 - reviso de subsídios carbono intensivos: cronograma ?

4 – mecanismos de precificação positiva

Tratados nos workshops de 1/3 e 9/3



Workshop sobre taxação e subsídios (consensos)

1 – Taxação de carbono

1.1 – tributo específico a médio prazo, em reforma tributária

1.2 – a curto prazo, trabalhar com a CIDE;

- nova conceituação: CIDE-carbono
- Impacto inicial moderado e tributariamente “neutro”
- nova destinação: + para transporte público de baixo carbono
- redução compensatória do PIS-COFINS e tratamento especial para o diesel

1.3 - estudo sobre alíquotas sob a ótica da intensidade de carbono

2 – Subsídios

2.1 - Identificar subsídios carbono intensivos para poder propor cronograma de gradual desativação preparando medidas de compensação social onde couber

Workshop para precificação e mercado brasileiro de carbono

- ▶ Não há previsão para retomada do MDL.
- ▶ Tendência para mercados nacionais e subnacionais interligados (China, Califórnia, grupo do Pacífico)
- ▶ Demandas:

1.1 – Adoção de metas setoriais de intensidade de carbono

1.2 – Estabelecimento de MRV (Monitor, Report, Verify) para a NDC

1.3 - Fundo Garantidor para financiamentos descarbonizantes

A proposta para implementação da NDC será apresentada em 2 cenários:

Cenário Equilibrado – Esforço significativo na redução da queima de combustíveis fósseis, sobretudo nos transportes/mobilidade e, secundariamente, geração de energia e indústria. Compatível com estratégia de longo prazo.

Cenário AFOLU – Concentração nas ações relacionadas com mudanças do uso da terra. Exigiria um esforço de 95% no combate ao desmatamento.

Questões mais controversas no processo

1 – Carbono florestal (créditos de carbono)

2 – Hidrelétricas

3 – Biocombustíveis x eletrificação